

A Tabatinga revisitada: a manutenção de um léxico de origem africana em Minas Gerais (MG-Brasil)

MARIA MARGARIDA TADDONI PETTER
Universidade de São Paulo

Resumo

Este trabalho focaliza o léxico de origem banta presente na região de Tabatinga, localizada na cidade de Bom Despacho, em Minas Gerais. Essa localidade – do mesmo modo que o Cafundó, em São Paulo, e outras cidades mineiras (Patrocínio e Milho Verde) – conservou um conjunto de palavras de origem banta, pertencentes ao vocabulário comum, cujo uso ficou restrito à comunidade. Os resultados obtidos, comparados ao trabalho de Queiroz (1998 [1981]) revelaram manutenção de parte do léxico, mudança fonética e semântica bem como indicaram que a "língua" de Bom Despacho está assumindo a função de gíria de um grupo de falantes moradores da Tabatinga, região de origem do dialeto. A "gíria" ou "dialeto" da Tabatinga mantém-se porque seu uso está hoje associado à identidade do grupo, que não se caracteriza mais por ser negro ou africano, mas por ser habitante de uma região pobre e outrora discriminada. Ao retomar a pesquisa na região mineira objetivou-se explicar como se formou essa "língua" e por que ela se manteve até hoje. Esta pesquisa é parte do projeto-piloto "Levantamento etnolinguístico de comunidades afro-brasileiras: Minas Gerais e Pará", que é parte do projeto Inventário da Diversidade Linguística Brasileira, promovido pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e USP (Universidade de São Paulo).

Palavras-chave: línguas africanas no Brasil, léxico, contato de línguas, línguas bantas no Brasil.

1. Introdução

Muitos contatos linguísticos participaram da constituição do português brasileiro, mas o período de formação da língua nacional foi fortemente marcado pela presença de línguas indígenas e de línguas africanas.

O contato do português com as línguas africanas ocorreu desde o início da colonização, com o tráfico de escravos, que durou do século XVI ao final do XIX. O testemunho linguístico do intenso contato com a África e com Angola, sobretudo, está fartamente documentado nos inventários lexicais de termos de origem africana no português brasileiro (PB). Os estudos confirmam que a grande maioria dos empréstimos atestados é proveniente de línguas angolanas (cf. Castro, 2001; Alkmim e Petter, 2008). Entretanto, se comparados aos termos de origem indígena emprestados pelo PB, os de origem africana não são muitos.

Se considerarmos os registros históricos e linguísticos do vocabulário emprestado das línguas africanas presentes no português falado no Brasil, constataremos que, apesar de sua heterogeneidade, com termos que se referem a escravidão, religião, técnicas, bebidas, alimentos, habitações, trajes, vegetais, etc., a maioria deles pertence a um *vocabulário especializado*, ou seja, "um conjunto de termos reservados a domínios delimitados e específicos de conhecimentos ou

de atividades e empregos” (Bonvini, 2008: 117), como o vocabulário dos cultos afro-brasileiros, os termos referentes à culinária, à música, etc. Analisando o inventário de Castro (2001) com mais de três mil palavras de origem africana, Alkmim e Petter (2008) demonstraram que menos de uma centena deles pertencem ao vocabulário comum, de uso corrente no país, de tal modo que os falantes não têm consciência da origem africana dessas palavras. No entanto, algumas poucas regiões do país conservam um uso especial de um léxico de origem africana. Este é o caso da comunidade aqui estudada, a Tabatinga.

Neste trabalho focaliza-se o léxico de origem africana utilizado na comunidade da Tabatinga, bairro situado na periferia do município de Bom Despacho, que fica na região centro-oeste do Estado de Minas Gerais, a 147 km de Belo Horizonte, capital do Estado, tendo hoje 45.626 habitantes, de acordo com dados do IBGE¹, censo de 2010.

Os dados estatísticos mais antigos sobre a presença de negros em Bom Despacho, de 1813, indicam que 63,51% da população local, estimada em 1532 habitantes, eram pretos ou mulatos (Rodrigues 1968: 80-81). A população negra, no entanto, vem diminuindo: em 1872 ela ultrapassa os 50%, mas em 1890 chega a 38,80% e em 1940 cai para 13,51%. Em 1950 ela cresce um pouco, atingindo 20,81% (IBGE, apud Queiroz, 1998: 49). O censo de 2000 aponta uma população de 39.713, dos quais 3,95% são negros; 32,85% são pardos e 62,12% são brancos, com menos de um por cento de população amarela e indígena².

Sobre a proveniência dos negros de Bom Despacho, os dados mais antigos, segundo Luna e Costa (2009: 29), datam de 1718 e atestam que 44,6% eram de população de origem sudanesa³ (Mina, Cabo Verde e outras) e 55,4% de povos de origem banta (Bengala, Angola, Congo, Monjolo, Moçambique, Loango e outras). Em outras regiões auríferas de Minas Gerais, como Vila Rica, observou-se o predomínio de sudaneses até 1808 e, com o fim da mineração, houve um predomínio banto no século XIX (Luna e Costa, 2009: 37-38).

A presença africana em Bom Despacho é atestada pelos quilombos que existiram, pelas tradições religiosas de origem africana e pela *Língua da Tabatinga*, objeto deste artigo.

Em estudo produzido em 1981 e publicado em 1998, Sônia Queiroz registra nesta região o uso, por parte de negros e alguns brancos, da “língua do negro da Costa” (LNC). Essa *língua* se caracteriza por possuir um léxico de provável origem africana, provindo de línguas do grupo banto, e uma estrutura morfossintática do dialeto do português falado localmente.

A Língua do Negro da Costa (LNC) – denominação utilizada por Sônia Queiroz (1998) – ou como é mais conhecida pelos falantes, “gíria da Tabatinga”,

¹ www.ibge.gov.br [15/01/2013].

² Não citamos informações mais recentes sobre a cor dos habitantes porque o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) ainda não disponibilizou os esses dados específicos, para o censo de 2010.

³ Este termo refere-se aos africanos oriundos do norte do equador, mas não do Sudão ou Sudão do Sul).

“língua do cuete” é utilizada de modo corrente por pelo menos 130 pessoas, como se constatou após a aplicação de um questionário sociolinguístico, no âmbito da pesquisa de campo que efetuamos entre 2010-2011. Neste texto discutiremos alguns resultados dessa pesquisa, que foi desenvolvida no âmbito de um projeto promovido pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), destinado a mapear a diversidade linguística brasileira, intitulado “Levantamento etnolinguístico de comunidades afro-brasileiras de Minas Gerais e do Pará”⁴. A exposição distribui-se em três tópicos: (i) o uso da *língua* da Tabatinga e a pesquisa de Sônia Queiroz; (ii) o léxico e suas características e (iii) formação e difusão desta *língua*.

2. O uso da *língua* da Tabatinga (LT)

Os aspectos linguísticos aqui analisados são parte de uma pesquisa feita em duas ruas da periferia de Bom Despacho, as ruas Tabatinga e a Cruz do Monte, onde habita a maioria dos usuários da *língua*. Os dados foram obtidos por meio de um questionário sociolinguístico aplicado a 137 falantes, com o objetivo de registrar o léxico e verificar a vitalidade de seu uso. Esse levantamento foi, a seguir, comparado ao trabalho de Queiroz (1998).

A LT é constituída por um conjunto lexical de origem africana e morfossintaxe do português local, como no exemplo abaixo, em que os negritos indicam palavras de origem africana, que recebem flexão de tempo (*injir-ô*), e de gênero e número do português (*pro*: contração de preposição ‘para’ e artigo definido masculino singular ‘o’, que atribui este gênero a *conjolo*: nome analisado como masculino, por terminar em ‘o’):

Agora injir-ô	pro	conjolo	dele.
Ir-passado	prep.+art.masc.	casa	

“Agora foi para a casa dele”.

A história oral, recuperada pela memória coletiva dos colaboradores da pesquisa, conta que a língua introduzida na região de Bom Despacho era uma língua secreta, para que os senhores brancos não compreendessem o que os negros falavam entre si. Assim, os escravos podiam avisar quando o patrão (*cavinguero*, na LT) estava voltando (*injirando*, na LT) do descanso, por exemplo, a fim de que voltassem também a trabalhar, sem serem pegos descansando. O caráter de código secreto da língua não se perdeu, já que 40% dos entrevistados se valem dela primordialmente para não serem entendidos por pessoas de fora da comunidade e muitas vezes para brincar com essas pessoas sem que elas saibam (Petter & Oliveira, 2011).

Constatou-se que a *Língua* da Tabatinga tem um caráter informal e seu uso ocorre exclusivamente em contextos sociais informais, como bares e festas

⁴ O estudo sobre o Pará foi desenvolvido por Márcia Santos Duarte de Oliveira. O projeto contou com o apoio da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Os resultados do projeto estão disponíveis no site <www.fflch.usp.br/indl>.

tradicionais da região. A pesquisa atestou que raramente os falantes adquirem a língua com os pais. O aprendizado se dá basicamente na infância, dos 6 aos 8 anos, entre as brincadeiras de rua. A explicação para esse fenômeno é simples: como a língua é muito utilizada para conversas de cunho sexual, muitos pais preferem mantê-la fora do domínio das crianças.

Os falantes da *língua* da Tabatinga, de acordo com nossa pesquisa, são brancos, negros e pardos, em proporção bastante equilibrada. Os dados obtidos apontam para a predominância de falantes brancos e morenos, de acordo com a autodefinição dos entrevistados, que, embora mestiços e de pele mais escura, não se reconheceram como *mulatos*. Esses resultados coincidem com nossa observação: na área investigada a população branca e mestiça é maior do que a negra. Comparando esses dados aos apresentados por Queiroz (1998: 56), verificou-se que houve uma mudança no perfil dos falantes da LT: houve aumento do número de falantes pardos e brancos e diminuição do número de falantes negros, diferentemente do que fora observado pela autora (cf. tabela abaixo), em que negros e mulatos constituíam a maioria dos usuários da LT, fato que acompanha o crescimento e a mudança demográfica da população local. Os dados de Queiroz (1998), apresentados abaixo, permitem inferir que as opções de resposta foram oferecidas aos entrevistados, diferentemente da pesquisa que conduzimos, em que as respostas foram livres. Para efeito de comparação, no entanto, reformulamos as respostas em três categorias, de acordo com as designações utilizadas pelo IBGE no censo brasileiro: preto, pardo e branco. Essas denominações correspondem às utilizadas por Queiroz, em que mulato corresponde a pardo. As tabelas abaixo mostram os resultados das duas pesquisas.

Tabela 1: Pesquisa de Sônia Queiroz (1998: 56).

Pesquisa de Sônia Queiroz (maio de 1981)		
Número de pessoas		%
Pretos	117	56,5
Mulatos	54	26,1
Branco	36	17,4
Total	207	100,0

Tabela 2: Pesquisa de Margarida Petter (*Relatório final*, 2011: 21).

Pesquisa de Margarida Petter		
(janeiro de 2011)		
Número de pessoas		%
Pretos	28	20,9
Pardos	56	42,7
Branços	50	37,4
Total	134	100,0

Esses dados mostram a especificidade da região da Tabatinga, que possui, proporcionalmente à cidade de Bom Despacho, maior número de habitantes afrodescendentes, se considerarmos a manutenção proporcional dos dados do censo de 2000, segundo o qual a cidade possuía 3,95% de população negra, 32,85% de pardos e 62,12% de brancos, enquanto a Tabatinga apresenta, segundo nossa pesquisa, respectivamente, 20,9, 42,7 e 37,4.

2. O léxico

O léxico inventariado contém cerca de 100 termos, sem incluir derivados e compostos. Não foram reconhecidos pelos falantes entrevistados 37 itens lexicais registrados em Queiroz (1998:112-138). Dentre esses, 24 foram substituídos por outras palavras já existentes na *língua* da Tabatinga, como, por exemplo, *tata* 'pai', que foi substituído por *cuete ocora*, literalmente 'homem velho'. Não se pode afirmar que esses termos tenham desaparecido do uso, pois os falantes conhecem essas palavras, mas não as utilizam mais. Constatou-se, no entanto, que 13 itens lexicais não faziam parte do vocabulário ativo e passivo dos entrevistados.

Os termos ainda em uso, do ponto de vista morfológico, são nomes, na maioria, mas há alguns verbos (7), adjetivos (10) e um adjetivo/advérbio (*avura* 'grande, bonito; muito'). Pertencem aos seguintes campos semânticos: meio de transporte (1), objetos (4), espaço/habitação (4), trabalho/profissões (6), natureza (9), nomes de animais (13), sexo/corpo humano (17) e alimentos (21). Não foram aqui computadas palavras que apresentavam muita semelhança com termos do português, mesmo que sob significado diverso, como *isquife* 'cama', *montecristo* 'carvão', entre outras, mas que constam do inventário de Queiroz (1998).

A maior concentração de termos nos campos semânticos da alimentação e do corpo e a pouca ocorrência em outros campos (vestuário, lazer, parentesco, profissões, religião) já fora observada por Sônia Queiroz e interpretada como "reflexos, no nível do discurso e do léxico, da realidade sociocultural dos falantes da Língua do Negro da Costa" (1998: 97). Com efeito, a LT revela muito do universo cultural dos falantes que lutam pela sobrevivência e sofrem

discriminação, de que se esquivam por meio de sua língua secreta, incompreensível aos que não pertencem ao grupo.

O uso desse vocabulário apresenta, também, muita variação fonética, muitas vezes observada no mesmo falante, como por exemplo:

Arufim~ orufim~ orufino~ ouro fino “peixe”

Orongó~ orongó~ orongome~ arongó~ arangome~ aranguão “cavalo”

As palavras da LT integraram-se à morfossintaxe do português, participando da distinção de gênero e número, como se observa nos itens:

o cuete cassucarado

“o homem casado”

Masc. Sing.

a ocaia cassucarada

“a mulher casada”

Fem. Sing.

O processo de criação lexical mais produtivo é o da sufixação, por meio do qual as palavras recebem sufixos diminutivos ou aumentativos do português: *ocainha* ‘menina’; *catitim* ‘pequeninho’; *tibangão* ‘bobão’; *tinhamão* ‘pernã’, ‘mão grande’, ‘pé grande’, ‘mão grande’. Há também casos de composição: *conjolo* ‘casa’, entra na formação de: *conjolo de gombê* ‘curral’; *conjolo de matuaba* ‘bar’; *conjolo dos viriango* ‘cadeia’; *conjolo de camberela* ‘açougue’; *conjolo do longado* ‘casa de dança’. Muitas palavras têm significação bastante ampla, como *caxá*, que pode, segundo o contexto, significar ‘fazer, produzir, entregar, mandar, jogar, atirar, receber, ganhar, pegar, carregar, trazer, guardar, pôr, ter, etc’.

Muitos termos desse léxico foram encontrados com forma aproximada em outras comunidades de Minas Gerais e de São Paulo e alguns deles foram localizados em outros documentos sobre línguas africanas, na África ou no Brasil, como no caso de *avura*, que teve vários registros, segundo Sônia Queiroz (1998: 112):

Avura ‘grande, bonito, muito’ – Tabatinga

Vavuro ‘grande, bonito, muito’ – Cafundó

Avuro ‘muito (a)’ – Dornas Filho, 1938

Kiavutu ‘grande’ (banto) – Raimundo, 1933

Iavúl, qu’iavúl (pl.) ‘muito (bundo) – Canecattim, 1859

Avúl ‘muito’ (bundo) – Canecattim, 1859

3. Formação e difusão da LT

A análise dos fatos linguísticos, com base em observação sincrônica de Petter (2011) e diacrônica, na comparação com o trabalho de Queiroz (1998 [1981]), ao ser cotejada com a história social da região, desperta o interesse por encontrar respostas para algumas questões:

- (i) como se pode explicar a formação e a permanência desse falar somente na área estudada?
- (ii) quando se formou essa língua?
- (iii) como explicar a preponderância de termos de origem banta em uma região para onde foram trazidos, em proporção bastante próxima, africanos escravizados falantes de línguas da África do oeste, ao norte do equador, para o trabalho na mineração, ao lado de africanos da África austral?

Não é tarefa fácil responder a essas indagações, tendo em vista a escassez de dados históricos e de registros linguísticos sobre línguas africanas no Brasil. Por conseguinte, a proposta aqui apresentada deve ser entendida como uma hipótese de trabalho, que busca explicar a situação de contato de línguas ocorrido na região mineira, considerando o contexto geral do contato havido entre o português e as línguas africanas no Brasil.

A primeira indagação pode ser respondida reiterando a explicação há muito tempo formulada sobre o contato entre as línguas africanas e o PB. Na Tabatinga teria havido um caso de empréstimo linguístico, em que falantes da língua portuguesa teriam tomado emprestado das línguas africanas faladas na região mineira palavras necessárias à sua comunicação. Por outro lado, como o léxico do português, em muitas circunstâncias, pode alternar na LT com o de outra língua (africana), é possível pensar em uma situação de *code-switching* (CS). Se fosse esse o caso, teríamos de admitir a possibilidade da existência de bilinguismo, atualmente não verificado, mas que poderia ter ocorrido no passado. CS seria, então, um mecanismo de substituição de palavras que ocorreria na fala monolíngue, em português. Aceitando essa solução, julgaríamos estranho o fato de a fonte dos empréstimos em uma situação de CS não ser a língua do grupo social de maior prestígio, a portuguesa, no caso. Essa constatação nos levaria, então, a supor que os usuários do português e criadores dessa forma de expressão seriam bilíngues (português/línguas africanas). Essa hipótese é corroborada pela explicação que os falantes dão para a origem dessa *língua*, que seria utilizada pelos escravos africanos para não serem entendidos pelos senhores.

Avançando nossa investigação e sempre considerando o dado lexical, observaríamos que os termos emprestados são morfemas lexicais, nomes, na maioria, e poucos verbos. Esse fato aproxima a 'língua da Tabatinga' de variedades resultantes de situações de atrito de línguas e de formação de línguas mistas, em que parte dos morfemas (os lexicais) vem de uma língua e outra parcela (morfemas gramaticais) vem de outra. Sob esse aspecto a LT pode aproximar-se das línguas mistas, línguas especiais, de iniciação (secretas), língua de ciganos. Não se pode falar de criouliização nesse caso, pois as evidências linguísticas e a situação social em que se desenvolveu essa *língua* não forneceram contexto suficiente para a formação de uma língua crioula. Havia contato constante dos africanos com falantes de português, o que tornaria pouco plausível a formação de uma língua crioula. Já no século XVIII, a atividade mineradora

atraiu para Minas Gerais muitos homens brancos e mestiços alforriados, além de um grande contingente de trabalhadores escravizados, africanos. O convívio frequente entre falantes de língua portuguesa e de línguas africanas não provocou entrelaçamento de gramáticas, mas somente incorporação de itens lexicais de origem africana que se encaixaram na estrutura morfossintática do português.

A distribuição complementar dos morfemas lexicais (línguas africanas) e gramaticais (língua portuguesa) pode ser também avaliada dentro do Matrix Language Frame (MLF), de Myers-Scotton. Segundo esse modelo – formulado pela autora para explicar situações de bilingüismo e *code-switching* e que, mais tarde, foi apoiado pelo acréscimo de outros três modelos teóricos (Myers-Scotton 2003) –, todo tipo de contato linguístico envolve assimetria, em que há sempre uma *língua matriz* (LM), que participa com a estrutura morfossintática – o português no caso –, e outra(s) *língua(s) encaixada(s)* (*embedded*) – que colaboraria(m) com a integração de novos itens lexicais, as línguas africanas. Seguindo a teoria de Myers-Scotton, teríamos, na Tabatinga, um caso de língua mista/cindida (*split language*) que resultaria de uma transformação da LM, que se teria cristalizado sem atingir a completude da mudança. A LT funcionaria como as línguas mistas, que têm léxico e gramática de fontes diferentes, como o *ma'a*, língua da Tanzânia – cujo léxico em grande parte é cuxita e a gramática é banta –, ou como a *media língua* do Equador, em que a estrutura morfossintática vem do quéchua e o léxico é de origem espanhola, ou como as línguas de ciganos, as línguas de iniciação, as línguas secretas.

Na Tabatinga houve o contexto adequado para a constituição de uma língua mista: houve um extenso contato (mais de três séculos), que levou os falantes de línguas africanas a sentirem-se cercados por falantes de português. Ao perceberem sua língua como parte essencial de sua identidade étnica e recurso necessário para manter o segredo na comunicação, os seus usuários devem ter insistido em mantê-la, mesmo que sob a forma de resíduo lexical. No entanto, o fato de haver, hoje, apenas uma centena de itens lexicais de origem africana que se integram à morfossintaxe do português, não permite definir a LT como uma língua mista no mesmo nível que o *ma'a*, por exemplo. Como não temos registro da situação da LT no passado mais distante, podemos, talvez, considerar que essa variedade, atualmente, constitui um caso de empréstimo lexical, em uma situação de alternância de código (CS), usada como língua especial/segredada de uma comunidade.

O cenário de formação da LT resulta, portanto, de um processo de aprendizado de segunda língua e mudança de língua. Em um primeiro momento, teríamos diferentes grupos de falantes: negros falantes de línguas africanas, somente e falantes bilíngues (português e línguas africanas), em diferentes estágios de aquisição do português, convivendo com brancos, mestiços e crioulos (negros nascidos no Brasil), falantes de português. Em um segundo momento, com o aprendizado crescente do português, o número de falantes de línguas africanas teria diminuído e haveria uma população negra usuária do português, mas com conhecimentos das línguas africanas e tendo acesso a falantes dessas línguas. Com

o aumento do número de usuários de português, e a conseqüente redução dos falantes de línguas africanas, as condições sociais de convívio devem ter gerado a necessidade de um espaço para o segredo, o que provocou a estratégia de substituição de parte do léxico ainda disponível no grupo. Essa hipótese é corroborada pelos dados demográficos sobre regiões mineiras: no início do século XIX (1801) predominavam cativos nascidos no Brasil (crioulos) – 60% da massa escrava, confirmando que o elemento africano foi sendo substituído, paulatinamente, por crioulos e pardos (Luna e Costa, 2009: 35).

Para tentar compreender o confinamento dessa *língua* à região da Tabatinga deve-se atentar, também, para o processo de povoamento do Brasil, que acompanhou a exploração do território pelos portugueses e o posterior desenvolvimento do cultivo agrário. Assim, no século XVI, o principal produto era o açúcar, que favoreceu o povoamento do litoral; nos séculos XVII e XVIII o interesse se voltou para a extração mineral, que se realizava no interior do país, nos atuais estados de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais; já no século XIX o produto mais valorizado era o café, produzido nos atuais estados de São Paulo e Paraná. Muitas cidades que surgiram durante a mineração ficaram desertas depois do esgotamento dos minérios e outras mudaram de atividade, como foi o caso da região de Bom Despacho, que passou a dedicar-se à atividade agropecuária. Se por um lado o deslocamento dos centros econômicos no país provocou migrações internas e o surgimento de pequenos centros urbanos, por outro deixou muitas pequenas localidades isoladas. Essa circunstância pode explicar o porquê da não difusão pelo país dos termos de origem africana utilizados na Tabatinga. A história social da comunidade, relacionada ao passado escravocrata, pode explicar a necessidade de manter um código linguístico de uso exclusivo do grupo, que afastasse da comunicação os que dele não fizessem parte, garantindo assim a preservação da *língua*.

O segundo e terceiro questionamentos – quando se formou a *língua* e como explicar a preponderância de termos de origem banta – estão diretamente relacionados. Embora não se disponha de registros históricos explícitos sobre a introdução da *língua* na região investigada, podemos levantar hipóteses a partir do cotejo dos dados linguísticos da Tabatinga com os períodos de introdução de africanos na região.

Segundo Luna e Costa (2009: 29), nas regiões mineiras de Pitangui (cidade a que pertencia Bom Despacho até 1880), Itatiaia e São João d'El Rei, no ano de 1718, é pequena a discrepância entre os pesos relativos de escravos bantos e sudaneses (da África ocidental, ao norte do equador); os bantos atingem a proporção de 55,4% e os sudaneses correspondem a 44,6%. Os dados exclusivos de Pitangui, dos anos 1718 a 1723 confirmam a pequena diferença entre os dois grupos etnolinguísticos. No ano de 1723 os sudaneses correspondiam a 49,8% dos escravos locais, enquanto os bantos compreendiam 50,2% da população escrava africana. Os autores concluem que o número de escravos provenientes da área banta passam a predominar no período de decadência da exploração aurífera, no século XIX. Esse dado nos permite levantar a hipótese de que a LT tenha-se

formado nesse período, quando o número de escravos falantes de línguas bantas suplantou os da África ocidental, os sudaneses, falantes de línguas do grupo gbe.

No século XVIII, há um documento precioso que comprova o uso, na região aurífera de MG, de uma língua ou mistura de línguas gbe (fon, eve, gun, mahi). Trata-se do manuscrito de Antonio da Costa Peixoto, *Obra nova da língua geral de mina*, publicado em 1731, em primeira edição, e em nova edição em 1741⁵. Era um manual para ensinar aos senhores a língua dos escravos, visto que esses só utilizavam essa variedade linguística. O léxico preservado na Tabatinga não contém palavras dessa língua, de que, aliás, não se encontra, hoje, nenhuma sobrevivência na região. Esse fato contribui para confirmar a hipótese de que a LT foi formada posteriormente, quando o número de africanos de Angola, área banta, superou os da África situada ao norte do equador.

Embora sejam conhecidas as restrições sobre a confiabilidade dos registros de origem dos africanos, podemos verificar que a informação demográfica pode ser ainda refinada, para tentar verificar a que grupo etnolinguístico banto pertenceriam os africanos da região mineira. De acordo com os historiadores, a identificação da origem dos africanos transplantados correspondia muitas vezes aos portos de embarque e não aos agrupamentos originais dos escravos (Karash, 2000). Mesmo quando confirmada pelos africanos, José Reis (1987, 1997) julga que as denominações foram reapropriadas e utilizadas para que os negros se organizassem política e culturalmente. Mesmo acatando essa limitação, podemos verificar que os dados linguísticos (léxico de origem banta) confirmam os registros do tráfico, que informam a proveniência angolana dos africanos. Verificou-se que a maior parte dos itens lexicais identificados na LT encontra formas cognatas em umbundo, embora muitos termos sejam utilizados, também, em outras línguas bantas, como o quicongo e o quimbundo, entre outras.

A predominância de termos do umbundo pode ser correlacionada aos dados que temos sobre o tráfico: a partir da segunda metade do século XVIII, o apresamento de escravos deslocou-se de Luanda para Benguela, para o planalto do Bié, terra dos ovimbundos, falantes de umbundo, identificados no Brasil como benguelas. É interessante notar que os benguelas formaram em São João d’El Rei, cidade mineira localizada no sudeste de MG, um grupo coeso que se organizou como uma congregação de caráter étnico, em 1803, incluindo escravos e forros procedentes da região de Benguela (Brugger e Oliveira, 2009). Não se tem notícia da existência em Bom Despacho de uma associação do mesmo tipo, mas talvez o mesmo espírito de solidariedade tenha existido entre os benguelas que foram deslocados para a Tabatinga e seja ele o responsável pela manutenção de muitos termos originários de sua *língua*, ao lado de outros provenientes de outras línguas bantas de Angola.

⁵ Esse documento só se tornou conhecido em 1945, quando a segunda versão, a de 1741, foi publicada em Lisboa por Luís Silveira. Castro (2002) faz um estudo do manuscrito no livro *A língua mina-jeje no Brasil*.

Considerações finais

O estudo do contato de línguas africanas com o português falado no Brasil deve levar em conta o fato de que a exploração econômica e o povoamento do território colaboraram para a formação de pequenos núcleos urbanos distantes que viveram relativamente isolados no tempo e no espaço. Embora a mão-de-obra escrava tivesse sido utilizada em todo o país, em algumas regiões a presença africana foi maior, como em MG, para onde foi transferido um grande contingente de escravos a partir do século XVIII, primeiramente para o trabalho na mineração e, mais tarde, para o trabalho agrícola. As condições de trabalho e a reunião de escravos originários de uma mesma região, da área banta de Angola, favoreceram a formação de pequenas comunidades, onde os escravos continuavam falando suas línguas ou resíduos delas, como atesta a pesquisa realizada. Esse contexto favoreceu a formação da “língua do Negro da Costa”, a “gíria”, “dialeto” ou *língua* da Tabatinga, que se mantém porque, hoje, seu uso está associado à identidade de um grupo, que não se caracteriza mais por ser negro ou africano, mas por ser habitante de uma região pobre e outrora discriminada.

O léxico preservado na LT reflete um contato linguístico antigo, reforçado por um mais recente, no século XIX, com a transferência de africanos de Angola (falantes de línguas bantas) que, depois da decadência da mineração, substituíram os escravos da área ocidental, habitantes dos atuais Benim, Togo, Nigéria e Gana, trazidos no século XVIII.

Embora o português falado em todas as regiões do Brasil possua termos de origem africana, em maior ou menor quantidade, é em ambientes confinados, como o de cultos afro-brasileiros e em comunidades como a da Tabatinga, que se preserva um conjunto lexical que não se disseminou pelo vocabulário comum do português brasileiro.

Foram localizadas poucas comunidades semelhantes à Tabatinga, duas em Minas Gerais (Calunga e Patrocínio), e outra em São Paulo (Cafundó). Um melhor conhecimento da sócio-história brasileira deverá explicar por que o léxico preservado nesses dois estados vizinhos remete exclusivamente a línguas do grupo banto e por que permaneceu de forma mais evidente nos estados vizinhos de Minas Gerais e São Paulo.

Se ainda hoje o léxico é testemunha irrefutável do contato linguístico e cultural do português com as línguas africanas, não se pode negar que esse contato deixou marcas na fonologia e na sintaxe do PB. No entanto, a interação gramatical das línguas africanas com o português falado no Brasil ainda carece de uma investigação mais aprofundada.

Referências bibliográficas

- Alkmim, Tania e Margarida Petter (2008), “Palavras da África no Brasil de ontem e de hoje”, em Fiorin, José Luiz e Margarida Petter (Orgs.), *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 145-177.
- Bonvini, Emilio (2008), “Os vocábulos de origem africana na constituição do português falado no Brasil”, em Fiorin, José Luiz e Margarida Petter (Orgs.),

África no Brasil: a formação da língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 101-144.

- Brugger, Silvia e Anderson Oliveira (2009), “Os Benguelas de São João del Rei: tráfico atlântico, religiosidade e identidades étnicas (Séculos XVIII e XIX)”, *Tempo* 3(26): 177-204.
- Cannecattim, Frei Bernardo Maria de (1859), *Collecção de observações grammaticaes sobre a língua bunda ou angolense e dictionario abreviado da língu aconguezza*. 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Castro, Yeda Pessoa de (2001), *Falares africanos na Bahia (Um vocabulário afro-brasileiro)*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- Castro, Yeda Pessoa de (2002), *A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Secretaria de Estado da Cultura.
- Dornas Filho, João (1938), “Vocabulário quimbundo”, *Revista do Arquivo Municipal*, 49(5): 143-150.
- Karasch, Mary (2000), *A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850*. São Paulo: Cia. das Letras.
- Luna, Francisco Vidal, Itaci del Nero da Costa e Herbert Klein (2009), *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP.
- Petter, Margarida Taddoni e Márcia S. Duarte de Oliveira (2011), *Projeto-Piloto Comunidades Quilombolas IPHAN/USP*, <<http://www.fflch.usp.br/indl> [17/04/2012]>.
- Queiroz, Sônia (1998), *Pé preto no barro branco: a língua dos negros da Tabatinga*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- Reis, João José (1987), *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)*, 2ª ed. São Paulo: Brasiliense.
- Reis, João José (1997), “Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão”, *Tempo* 2(3): 7-33.
- Raimundo, Jacques (1933), *O elemento afro-negro na língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Renascença.
- Rodrigues, Laércio (1968), *História de Bom Despacho: origens e formação*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial.